



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

CONCURSO PÚBLICO 2013

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

CADERNO DE PROVAS
OBJETIVAS E
DISCURSIVA

NÍVEL SUPERIOR

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0 (XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu
artigo 144, que a segurança pública é dever do Estado, direito
e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a
4 preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas
e do patrimônio. Esse direito, constitucionalmente assegurado
a todos, constitui cláusula pétrea, conforme dispõem o artigo
7 5.º, *caput*, e o artigo 60, § 4.º, IV, da Carta Magna.

O conceito jurídico de ordem pública não se confunde
com o de incolumidade das pessoas e do patrimônio. Sem
embargo, ordem pública consiste em bem jurídico que pode
10 resultar mais ou menos fragilizado pelo modo personalizado
com que se dá a concreta violação da integridade das pessoas
13 ou do patrimônio de terceiros, tanto quanto da saúde pública,
na hipótese, por exemplo, de tráfico de entorpecentes e drogas
afins. Daí sua categorização jurídico-positiva, não como
16 descrição do delito nem como cominação de pena, porém como
pressuposto de prisão cautelar, ou seja, como imperiosa
necessidade de acautelamento do meio social contra fatores de
19 perturbação que já se localizam na gravidade incomum da
execução de certos crimes. Logo, o conceito de ordem pública
desvincula-se do conceito de incolumidade das pessoas e do
22 patrimônio alheio, assim como do da violação à saúde pública,
mas se enlaça à noção de acautelamento do meio social.

<www.stf.jus.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima,
julgue os itens de 1 a 7.

- 1 Na expressão “cláusula pétrea” (ℓ.6), o vocábulo “pétrea”
provém de **pedra** e relaciona-se, em sentido denotativo, a algo
que tem resistência de pedra, ao passo que o termo jurídico
completo, com sentido conotativo, refere-se a algo que
demonstra insensibilidade, dureza.
- 2 Conclui-se do texto que o conceito jurídico de ordem pública
e o de incolumidade das pessoas e do patrimônio estabelecem
um relacionamento lógico e de mútua dependência, tanto é que
a Constituição Federal os agrega em um mesmo artigo.
- 3 Infere-se do texto a existência de um vínculo operacional entre
a necessidade de preservação da ordem pública e o
acautelamento do meio social contra fatores de perturbação
localizados na incomum gravidade da execução de certos
crimes.
- 4 Preserva a correção gramatical e os sentidos originais do texto
o deslocamento, para o início da oração, do trecho “em seu
artigo 144” (ℓ.1-2), seguido de vírgula, com a consequente
supressão da vírgula que o antecede e com as devidas
adaptações de letras, da forma seguinte: Em seu artigo 144, a
Constituição Federal de 1988 prevê que (...).

5 Sem provocar erro morfosintático ou alterações do sentido
original, o trecho “conforme dispõem o artigo 5.º, *caput*, e o
artigo 60, § 4.º, IV, da Carta Magna” (ℓ.6-7) pode ser reescrito
da seguinte forma: nos termos do disposto nos artigos 5.º,
caput, e 60, § 4.º, IV, da Carta Magna.

6 Os elementos “Sem embargo” (ℓ.9-10), “Daí” (ℓ.15), “porém”
(ℓ.16), “Logo” (ℓ.20) e “mas” (ℓ.23) exercem, no texto, as
mesmas funções sintáticas, estabelecendo contraposição entre
as ideias expressas em uma e outra oração que conformam o
texto.

7 Na linha 8, pressupõe-se a ocorrência da expressão “conceito
jurídico” antes do termo “o”.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**,
julgue os itens a seguir.

- 8 São partes essenciais do aviso, do ofício e do memorando, na
seguinte ordem, o tipo e o número do expediente, o local e a
data de sua expedição, o nome e o cargo da autoridade
remetente, o corpo do texto, o fecho e, por fim, a assinatura da
autoridade autora da comunicação oficial.
- 9 O aviso, modalidade de comunicação utilizada para o
tratamento de assuntos oficiais entre órgãos da administração
pública, é expedido exclusivamente por ministro de Estado
para autoridades de mesma hierarquia.
- 10 Em memorando expedido pelo chefe do setor de tecnologia
para o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional,
deve-se empregar o vocativo “Senhor Diretor-Geral Fulano de
Tal”.

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a
seguir, referentes a administração pública e servidores públicos.

- 11 Cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos
estrangeiros.
- 12 O direito dos servidores públicos à greve é garantido na CF
nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- 13 O servidor público estável manterá o vínculo com a
administração pública, mesmo que o seu cargo seja extinto.
- 14 O princípio da eficiência, que se caracteriza como um princípio
implícito, não está previsto expressamente na CF.

Com relação a direitos e garantias fundamentais previstos na CF, julgue os itens seguintes.

- 15** Somente para o acusado da prática de crime de terrorismo ou de traição em tempo de guerra é previsto o julgamento por júízo de exceção.
- 16** Entende-se como princípio da legalidade na vida civil o fato de ninguém ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- 17** Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação contra a ordem constitucional e o Estado democrático praticada por grupos armados, civis ou militares.
- 18** Toda reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, pode ser realizada independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e que haja aviso prévio à autoridade competente.

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais e das normas programáticas, julgue os próximos itens.

- 19** Normas programáticas, que não são de aplicação imediata, explicitam comandos-valores e têm como principal destinatário o legislador.
- 20** As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas em que o constituinte tenha regulado suficientemente os interesses relativos a determinado assunto, mas tenha possibilitado que a competência discricionária do poder público restrinja o assunto, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceitos gerais nelas enunciados.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, julgue o item subsequente.

- 21** Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, ficando dispensada a atuação do Congresso Nacional.

A respeito da competência da União, dos estados e dos municípios para legislar, julgue os itens que se seguem à luz do texto constitucional.

- 22** No âmbito da legislação concorrente, a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos estados.
- 23** Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre competência das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal.

No que se refere a atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue os itens subsecutivos.

- 24** Admitida a acusação contra o presidente da República pela prática de crime de responsabilidade por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- 25** Compete privativamente ao presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

A propósito do Poder Judiciário, julgue o próximo item.

- 26** Apesar de competir ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, o texto constitucional não reconhece esse órgão como integrante do Poder Judiciário.

Tendo em vista que o Estado desempenha três funções básicas: administrar, legislar e julgar, julgue os itens seguintes, relativos à função administrativa do Estado e aos atos administrativos.

- 27** Ato administrativo vinculado é aquele que depende de requerimento do interessado para ser praticado.
- 28** A função administrativa, ou executiva, é exercida privativamente pelo Poder Executivo.
- 29** Em razão do princípio da legalidade, previsto em artigo do texto constitucional, apenas a lei é fonte do direito administrativo.

Considerando que os servidores públicos, em razão da especificidade das funções que exercem, estão submetidos a regime jurídico diferenciado daquele dos demais trabalhadores, julgue os próximos itens.

- 30** É assegurado ao servidor público federal o direito a licença, sem prejuízo da remuneração, para o desempenho de mandato em sindicato representativo da categoria.
- 31** Ao servidor público federal é vedado participar de sociedade privada que explore atividade econômica.

A respeito de processo administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 32** O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido do interessado.
- 33** Um órgão administrativo e seu titular poderão delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados.

Acerca dos princípios da administração pública e da investidura dos agentes públicos, julgue os itens subsecutivos.

- 34** A investidura em cargo ou emprego público, na administração direta e nas pessoas jurídicas de direito público, depende de aprovação prévia em concurso público, não se submetendo a essa exigência apenas as pessoas administrativas de direito privado.
- 35** Segundo o princípio da legalidade, a administração pública vincula-se, em toda sua atividade, aos mandamentos da lei, tanto em relação aos atos e às funções de natureza administrativa quanto em relação às funções legislativa e jurisdicional.

Com relação ao princípio da oficialidade no processo administrativo, à improbidade administrativa e à responsabilidade civil da administração, julgue os itens de **36** a **38**.

- 36** Na fixação das sanções por ato de improbidade administrativa, o juiz deve sempre levar em conta a extensão do dano causado e o proveito patrimonial obtido pelo agente que o praticou.
- 37** De acordo com o princípio da oficialidade, a administração pública pode instaurar processo administrativo, mesmo que não haja provocação do administrado, e o órgão responsável pode determinar, por si mesmo, a realização de atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão, independentemente de haver interesse ou desinteresse das partes no processo.

- 38** A administração só poderá indenizar pessoa lesada por ato praticado por um de seus agentes se for proposta, contra ela, ação judicial de indenização, que seguirá o procedimento comum, ordinário ou sumário.

Com base na Lei n.º 11.907/2009, que dispõe sobre as carreiras da área penitenciária federal, julgue os itens a seguir.

- 39** Ao servidor das carreiras da área penitenciária federal que pleitear progressão funcional caberá cumprir apenas dois requisitos, a saber, competência e dedicação profissional e interstício mínimo de dezoito meses entre cada progressão.
- 40** A jornada de trabalho dos especialistas em assistência penitenciária, dos técnicos de apoio à assistência penitenciária e dos agentes penitenciários federais é de quarenta horas semanais, cabendo aos servidores dessas carreiras sob o regime de trabalho por plantões a jornada de trabalho de até cento e noventa e duas horas mensais.

Considerando as regras mínimas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o tratamento de pessoas presas, julgue o item abaixo.

- 41** Cada estabelecimento penitenciário deve dispor de, pelo menos, um médico qualificado que tenha conhecimentos de psiquiatria.

Com base no disposto na CF a respeito dos direitos humanos, julgue os itens seguintes.

- 42** No Brasil, é vedado, em todas as hipóteses, o estabelecimento de penas de morte e de caráter perpétuo.
- 43** Às presidiárias são asseguradas condições para que possam permanecer com seu(s) filho(s) durante o período de amamentação.

De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), julgue o próximo item.

- 44** No eixo orientador do PNDH-3 que diz respeito à segurança pública, ao acesso à justiça e ao combate à violência, é disposta diretriz para a modernização da política de execução penal; a diretriz para a modernização do sistema de segurança pública não é, contudo, abrangida por esse eixo.

Considerando as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, julgue o item a seguir.

- 45** É possível a prisão arbitrária, em hipóteses extremas, desde que autorizada pela legislação interna de cada Estado-membro da ONU.

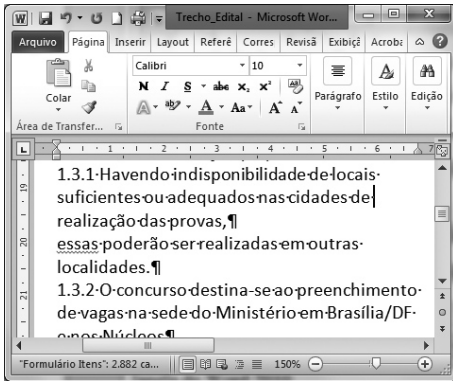


Figura I



Figura II

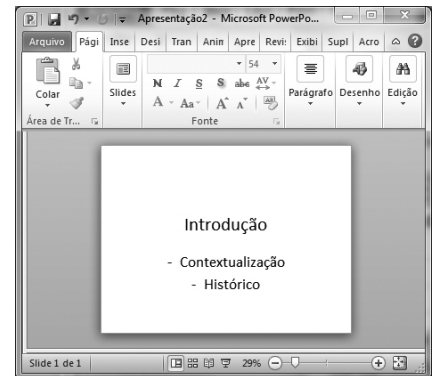
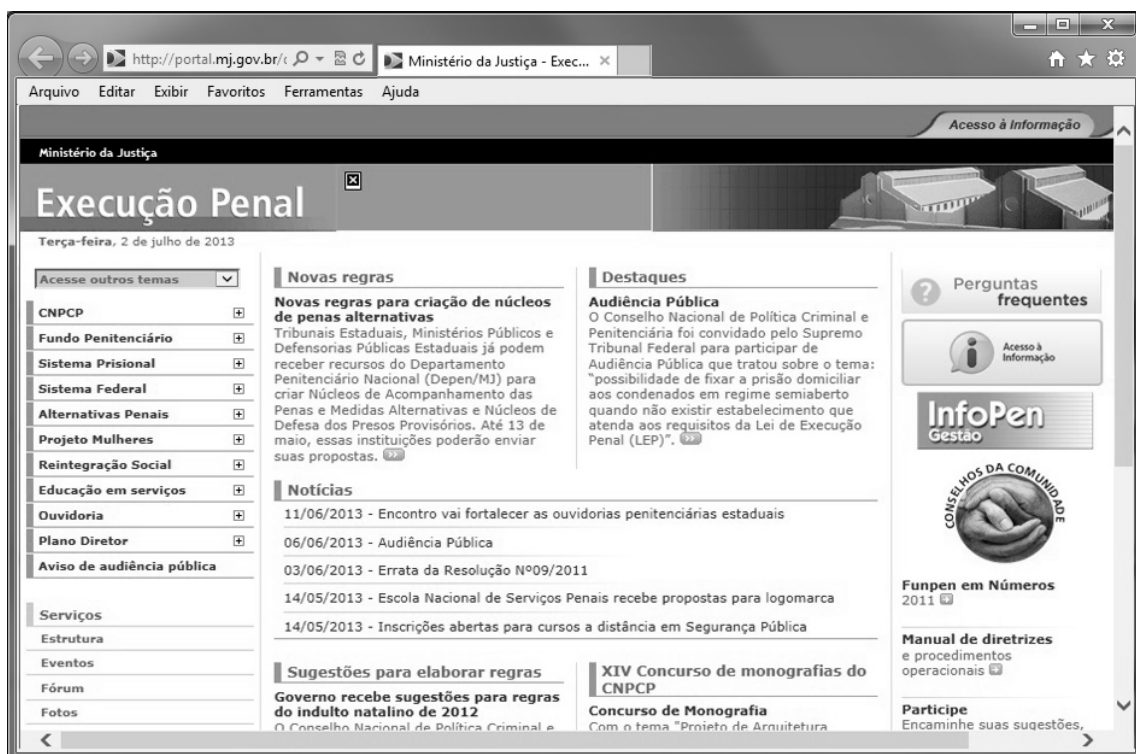


Figura III

Considerando as figuras I, II e III acima, que apresentam, respectivamente, janelas dos programas Word 2010, Excel 2010 e PowerPoint 2010, julgue os itens a seguir.

- 46 Na situação mostrada na figura II, para se calcular o produto dos números contidos nas células B2 e C2 e disponibilizar o resultado na célula D2, bem como para se calcular o produto dos números contidos nas células B3 e C3 e disponibilizar o resultado na célula D3, é suficiente realizar a seguinte sequência de ações: clicar a célula D2; digitar =B2*C2 e, em seguida, teclar **Enter**; clicar a célula D2 com o botão direito do *mouse*; clicar na lista de opções que aparecer; clicar a célula D3; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar a tecla **V**.
- 47 Na situação mostrada na figura III, para se alterar a cor da fonte usada no título do eslaide, é suficiente selecionar o título; clicar o botão ; clicar a cor desejada na lista de cores de fonte que aparecerá.
- 48 Na situação mostrada na figura I, para se selecionar a palavra localidades, é suficiente aplicar um clique duplo entre duas letras dessa palavra.



Com base na figura acima, que apresenta janela do Internet Explorer 9, julgue os itens seguintes.

- 49 Para se localizar um trecho de texto na janela acima apresentada, é suficiente clicar o botão ; digitar, na caixa que aparecerá, o trecho que se deseja localizar; e teclar **Enter**.
- 50 Ao se clicar o botão , será iniciado o programa de antivírus instalado e definido como padrão no computador, mediante o qual todas as páginas carregadas serão examinadas à procura de programas que possam conter vírus de computador e cavalos de Tróia.